

A FORÇA BINACIONAL CRUZ DEL SUR E A EVOLUÇÃO DA CONFIANÇA ENTRE ARGENTINA E CHILE

Váagner Camilo Alves ¹

Matías Daniel Avelino Ferreyra Wachholtz ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a Força de Paz Cruz del Sur como elemento importante na evolução das relações diplomáticas entre Argentina e Chile. Tais relações passaram de um padrão conflituoso na área de defesa e segurança, até princípios dos anos 1980, para um de elevada cooperação. Com este fim, o artigo se vale da literatura acadêmica regional sobre “medidas de confiança mútua” - MM.C.M., para apontar a instituição da força de paz binacional como forte indício de que a relação entre os dois países estaria já na planificação da cooperação, derradeiro estágio de confiança mútua na área de defesa.

Palavras chave: Relações Argentina-Chile; Força de Paz Cruz del Sur; Medidas de Confiança Mútua.

¹Doutor. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. vcamilo@id.uff.br

² Doutorando. Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo (SP), Brasil. ferreyram3@gmail.com

INTRODUÇÃO

A forma com que os países dão atenção às questões de segurança, própria, regional ou global, varia, em grande medida, de acordo com seus processos de construção nacional. Nelas incidem fatores como a formação de fronteiras e projetos de hegemonia regional, dentre outros. Segundo Raymond Aron (2001), o conflito e a guerra - ou seu risco potencial - são elementos fundamentais na formação das nações e dos Estados, muitas vezes estruturando suas coesões sociais e conformando suas políticas externas. No caso da relação entre Argentina e Chile, ambos países foram rivais persistentes que estiveram a minutos de uma conflagração bélica devido a disputas fronteiriças, em fins da década de 1970. O complexo processo de superação das controvérsias, ao longo das extensas fronteiras serradas das Cordilheiras dos Andes, levou décadas, com implicações profundas para ambos os países, o que se manifesta em suas atuais relações bilaterais.

Os interesses mútuos de Argentina e Chile em congelar suas disputas levaram a um “processo de transformação do conflito” a partir meados dos anos 1980 (ORSO & CAPELETTI, 2015), desenvolvendo um ciclo virtuoso que já dura mais de 30 anos e que transformou as relações entre os dois países. Suas políticas externas e de segurança passaram a ter, em níveis elevados, medidas bilaterais de confiança mútua - MM.C.M, o que levou, em última instância, a constituição de uma Força Militar Binacional de caráter permanente: a Força Conjunta Combinada Cruz del Sur. Tal unidade, cuja estrutura de comando foi criada em 2007, representa o projeto de integração militar mais ambicioso existente na América Latina.

Francisco Rojas Aravena (2002) considera que:

As medidas de confiança mútua são um instrumento, uma técnica para o desenvolvimento da paz; não resolvem o conflito ou a diferença de interesses; possibilitam a comunicação e com isso tornam mais transparentes e previsíveis os cursos de ação dos diversos atores envolvidos. Cabe destacar que o processo pressupõe o bom senso e a vontade de evitar o enfrentamento (ROJAS ARAVENA, 2002, p.34).

O clássico livro “Sociedade Anárquica”, de Hedley Bull (1995), aponta a existência de três tradições de pensamento no estudo das Relações Internacionais. A Hobbesiana, que visualiza a relação entre os Estados sob o signo primordial da guerra, a Kantiana, focada no desenvolvimento de interações transnacionais, e a Grociana, corrente com a qual se filia o autor, e que ilumina os aspectos mais cooperativos na relação entre os Estados. Esta cooperação, criadora de normas compartilhadas e instituições reconhecidas mutuamente, é o que se denomina como sociedade internacional. No caso a ser analisado, as M.M.C.M. foram parte importante na evolução das relações bilaterais entre Chile e Argentina em direção a uma interação mais ordeira, produtiva e pacífica. Tomando licença com o argumento do autor, podemos afirmar que nas últimas décadas as relações internacionais na região teriam passado de um padrão hobbesiano para outro, de natureza grociana.

Tal histórico é condizente também com a idéia de que estaria em processo, na área, a constituição de uma Comunidade de Segurança. Este conceito implica em uma situação onde Estados não visualizam, sob qualquer hipótese, emprego da violência em suas relações recíprocas. Pela primeira vez observada operando entre países do Atlântico Norte (DEUTSCH et al., 1957), tal comunidade tem um nível de integração e de conhecimento mútuo entre seus integrantes que impossibilitaria a resolução de controvérsias entre eles pela via dos meios militares³.

As medidas de confiança mútua permitem transformar o padrão de relacionamento interestatal, passando de uma situação primária de hostilidade para outro estágio, mais produtivo e cooperativo. No caso do longo processo de construção de confiança entre Argentina e Chile, seu ponto inicial foi a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, em 1984. A ele seguiu-se a Declaración Conjunta Presidencial Argentino-Chilena, de 1991, firmada pelos presidentes Carlos Menem e Patricio Aylwin. Esta evolução da confiança mútua entre os dois países prosseguiu e pode ser detectada até o tempo presente.

A confiança atingida na área de defesa entre Argentina e Chile se encontra mais institucionalizada e consolidada que a existente, por exemplo, entre sócios estratégicos importantes na América do Sul, como

³ Deutsch divide as Comunidades de Segurança em dois tipos: amalgamadas e pluralistas. As primeiras teriam um nível de integração maior, com processo decisório centralizado. Levariam, ao fim, à fusão dos Estados envolvidos. As do tipo pluralista, mais comumente encontradas no sistema internacional, manteriam a individualidade dos entes cooperativos (DEUTSCH et al., 1957). É este último tipo que se aplica ao caso.

Argentina e Brasil. As relações bilaterais contemporâneas entre Brasil e Argentina não foram, entretanto, marcadas por disputas territoriais que ameaçassem a preparação e mesmo eventual espocar de uma guerra, como aconteceu com Argentina e Chile. A rivalidade histórica Brasil-Argentina, de cunho mais geopolítico, foi substituída, desde a criação do MERCOSUL, por estreita cooperação e diálogo denso e diversificado.

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar as relações argentino-chilenas contemporâneas, considerando a criação da Força Cruz del Sur como importante elemento na construção das medidas de confiança mútua, na área da defesa, entre os dois países. Para tal fim, este texto se divide em três partes. Na primeira parte, descreve-se, de modo global, a evolução histórica das relações argentino-chilenas na área da defesa e da segurança. Após isso, procura-se avaliar o desenvolvimento das medidas de confiança mútua entre ambos os países a partir de 1984, tendo como marco o modelo teórico criado por Francisco Rojas Aravena (2002). A criação da Força Cruz del Sur é apresentada como elemento de planificação da cooperação, última etapa no processo de construção de confiança mútua. Na terceira parte, analisam-se os desafios políticos e operativos que o instrumento binacional de cooperação em defesa enfrenta. Por último, apresentam-se algumas considerações finais.

QUADRO GLOBAL DAS RELAÇÕES ARGENTINO-CHILENAS

O fato de Argentina e Chile compartilharem fronteiras ao longo da Cordilheira dos Andes fez da sua história bilateral a expressão de uma série de litígios limítrofes que, desde a metade do século XIX, tem incidido nas respectivas políticas externas. Várias controvérsias ficaram fixadas na memória histórica de ambas as nações, tais como as corridas armamentistas de 1898 e 1902, incluindo o iminente conflito de dezembro de 1901, e a disputa pela Laguna del Desierto e a Crisis del Beagle (FAUNDES, 2009). Esta última quase levou à guerra, em dezembro de 1978. De fato, há poucos instantes do confronto direto, o conflito foi evitado pela aceitação de sua mediação por parte do Papa João Paulo II.

Tanto a Argentina como o Chile foram circunscrições coloniais da Coroa Espanhola. Foram administradas, no entanto, por diferentes dependências: o Virreinato del Rio de la Plata e a Capitanía General de Chile. Durante os séculos XIX e XX, as demarcações fronteiriças entre os novos Estados independentes ficaram imprecisas, produzindo uma fonte recorrente de tensões e conflitos que somente foram resolvidos,

em grande medida, na década de 1990 (MONCAYO, 2008). Os principais problemas surgiram na área fronteiriça do Canal de Beagle, na Patagônia. Os antecedentes do conflito datam de 1888, sete anos depois da assinatura do Tratado de Limites⁴. Em 1901 apareceu o primeiro mapa argentino em que algumas das ilhas localizadas dentro e ao sul do Canal foram desenhadas sob a soberania argentina. Apesar do pequeno tamanho das ilhas, sua localização estratégica entre os oceanos Atlântico e Pacífico originou um longo conflito entre os dois Estados sul-americanos. Para a Argentina, uma resolução que colocasse os direitos sobre o canal sob controle chileno isolaria a cidade e as bases navais argentinas localizadas em Ushuaia, capital da Província de Tierra del Fuego. Além disso, as ilhas na boca oriental do Canal de Beagle margeiam o Atlântico, e sua ocupação por parte do Chile ameaçaria o ‘princípio bi-oceânico’ estabelecido pelo Tratado de Limites (ITURRA, 2014).

Fazendo uso de um acordo bilateral de arbitragem, assinado em 1971, o litígio acabou sendo submetido à Corte Internacional de Justiça - CIJ. Porém, o veredicto da Corte, conhecido em 1977, foi contrário aos interesses argentinos e, por isso, rejeitado, o que elevou as tensões e deixou os dois países muito próximos de uma guerra aberta, em dezembro de 1978. Ambos era governados, então, por ditaduras militares. A tensão alcançou máxima intensidade, com tropas desdobradas, reservas convocadas e ambas as frotas prestes a iniciar operações de combate. Foi então que o Papa João Paulo II intercedeu e se ofereceu para mediar o conflito. Sua proposta foi aceita pelas partes e a guerra foi evitada (MONCAYO, 2008).

As relações entre os dois países continuou fria e eivada de desconfiança. Durante a Guerra das Malvinas, em 1982, o Chile, a despeito de sua posição neutra, foi o único Estado latino-americano a prestar apoio, mesmo que não ostensivamente, às forças britânicas⁵.

⁴ O Tratado de Limites, assinado em 1881, pelo qual o Chile desistia das suas pretensões na Patagônia, enquanto a Argentina renunciava aos seus direitos sobre o Estreito de Magalhães, contou com a adição de um protocolo, em 1883, que estabeleceu o princípio bi-oceânico. O protocolo atestava que a soberania de cada Estado sobre a linha de costa correspondente era absoluta. Portanto, o Chile não podia reclamar nenhum ponto no Atlântico, nem a Argentina podia reclamar nenhum ponto no Pacífico. Entretanto, as disputas pela demarcação definitiva das fronteiras na área continuaram (ITURRA, 2014).

⁵ Dezesete anos após o conflito vieram a luz dados específicos sobre tal auxílio. Em troca do fornecimento de aviões de ataque e reconhecimento, mísseis antiaéreos e de um radar de longa distância, o Chile forneceu aos britânicos dados de inteligência sobre as forças argentinas durante o conflito que, nas palavras da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, possibilitou “abreviar a guerra e salvar muitas vidas” (YOFRE, 2011, p. 335).

A mediação papal, entretanto, acabou vingando, com a assinatura do supracitado Tratado de Paz e Amizade, em novembro de 1984, já sob a presidência, na Argentina, de Raul Alfonsín. Este acordo delimitou a soberania dos dois países no Canal de Beagle e nos mares adjacentes. Concedeu ao Chile todas as ilhas da zona do Canal, com mar territorial, mas sem projeção ao Atlântico e reconheceu a liberdade de acesso da Argentina aos seus portos no Canal. O Tratado criou uma Comissão de Conciliação. Fixou, também, as condições para convocar um Tribunal Arbitral cujas decisões teriam caráter obrigatório para as partes. Além disso, o Tratado deu origem a uma Comissão Binacional permanente com o objeto de intensificar a cooperação econômica e a integração física entre as duas nações (ITURRA, 2014).

Um dos aspectos fundamentais do processo iniciado pelo Tratado de 1984 foi a constituição oficial, em outubro de 1985, de uma Comissão Binacional de Cooperação e Integração Física entre Chile e Argentina. Os primeiros anos de funcionamento desta comissão não foram muito frutíferos, o que foi revertido a partir de 1990 (ARANCIBIA CLAVEL, 2006, p.13). Os impactos da criação da Comissão Binacional aconteceram em dois planos. O primeiro foi o bilateral, que afetou diretamente os países em questão. O segundo foi local, atingindo às regiões que, por meio da integração física - habilitação de passagens fronteiriças e criação de corredores - permitiu o desenvolvimento e a interdependência mútua. Como apontam Ruz (2008), Percoco (2014) e Iturra (2014), no longo prazo esse Tratado constituiria a pedra fundamental do processo de integração dos dois países, visto que deu forma a uma solução consistente e sustentável dos problemas fronteiriços na zona austral e projetou um cenário futuro não belicoso para as relações bilaterais, por meio da criação de mecanismos de conciliação e arbitragem .

Mais tarde, a conjuntura política definida pelos processos de transição e consolidação democrática em ambos os países criou as condições, nos dois lados da fronteira, para os governantes impulsionarem, politicamente, um processo de integração (RUZ, 2008). Esse processo teve início em maio de 1990, com uma série de reuniões bilaterais que teve como fruto a Declaração Conjunta dos presidentes Carlos Menem e Patricio Aylwim, por intermédio da qual foi elaborada uma agenda comum de assuntos bilaterais. Dia chave para a convergência entre ambos foi o 2 de agosto de 1991, quando, junto com a assinatura da Declaração Presidencial de Limites, os mandatários assinaram outros oito

documentos, promovendo “as condições básicas para a integração física de ambas as nações” (FAUNDES, 2009, p. 58). Na declaração, estabeleceu-se uma Comissão Mista de Limites para resolver vinte e dois pontos limítrofes pendentes e comunicou-se a decisão de submeter à arbitragem a demarcação dos limites no setor compreendido entre o Hito 62 e o Monte Fitz Roy - Laguna del Desierto. Miriam Colacrai (2004) destaca que a amplitude de matérias abordadas tornou possível uma mudança no eixo das relações bilaterais, de conflito por controvérsias limítrofes para uma agenda de trabalho a caminho da integração.

Um indicador do desenvolvimento dos novos laços foi que, entre 1990 e 1995, Argentina e Chile chegaram a uma série de acordos em temas dos mais diversos, como transporte, comércio, educação, integração física, integração energética, aduanas, meio ambiente e turismo. Esse esforço integrador foi acompanhado pelo aumento da atividade comercial recíproca, pela criação de um sistema de controles fronteiriços integrados e, finalmente, pela adesão do Chile ao MERCOSUL, na condição de membro associado (PERCOCO, 2014).

Uma das controvérsias que se prolongou durante a década de 1990, entretanto, foi o litígio sobre os Hielos Continentales. Para chegar a uma solução nessa área, havia sido desenhada uma linha poligonal⁶, que deveria ser aprovada pelos parlamentos argentino e chileno. No entanto, depois de intensas negociações políticas e diplomáticas, a “poligonal” foi deixada de lado. Finalmente, em 1998, o chanceler argentino Guido Di Tella e seu homólogo chileno, José Miguel Inzulza, assinaram o “Acordo para precisar o traçado do limite desde o Monte Fitz Roy até o Cerro Daudet” (1998), que determinou solução de todos os principais assuntos fronteiriços entre ambas as nações (COLACRAI, 2004). A partir desse momento, a relação bilateral se fortaleceu mais e se estabeleceram diversos mecanismos de diálogo, como a Comisión Parlamentaria Conjunta Argentino-Chilena. A mesma contribuiu para qualificar o perfil político da relação, reconhecendo o labor parlamentar como eixo do sistema democrático e como um fator de fortalecimento dos vínculos bilaterais. No mesmo sentido, o estabelecimento do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordinación Política de Alto Nivel, entre ambas as chancelarias, criou

⁶ Essa linha foi estabelecida a partir de retas que vinculavam pontos, protuberâncias rochosas e outros acidentes geográficos. Desenhada pelo ex-Secretário de Relações Exteriores da Argentina, embaixador Juan Carlos Olima, seguia uma linha média entre a máxima pretendida pela Argentina e a máxima pretendida pelo Chile (COLACRAI, 2004, p. 62).

um espaço para coordenar questões tanto da agenda bilateral como de âmbito regional e internacional (COLACRAI, 2004, p. 33).

A prática das Cumbres Presidenciales Anuales, instalada a partir de 1990, continuou durante os primeiros anos do século XXI. A visita do presidente chileno Ricardo Lagos, em maio de 2000, inaugura o ciclo do novo milênio. A declaração argentino-chilena, resultado dessa visita, caracterizou, pela primeira vez, a relação como uma “aliança estratégica”, enfatizando a complementaridade e os interesses comuns compartilhados. Desde então, como aponta Lorenzini (2017), o termo “aliança estratégica” tem sido uma constante nas declarações presidenciais e nos discursos de política externa de ambos os países.

A partir de 2003, depois da assunção do presidente Néstor Kirchner e durante os três mandatos de signo kirchnerista, a direção em prol do aprofundamento da cooperação entre ambas as nações continuou, mas, como aponta Percoco (2014) e Lorenzini (2017), apresentaram-se também algumas crises na relação, tais como a Crisis del Gas⁷; o episódio de “espionagem” acontecido em Punta Arenas⁸, e o caso de Nuestros vecinos argentinos⁹. Contudo, a rápida e efetiva solução diplomática de vários desses atritos constituiu evidência clara da profundidade que o vínculo bilateral tinha alcançado (PERCOCO, 2014). O fato de tais incidentes não terem escalado demonstrava também a vontade política de ambos os lados de prosseguir no caminho da cooperação.

Nessa direção, o último grande acontecimento na diplomacia bilateral foi a assinatura do Tratado de Maipú de Integración e Cooperación, em 30 de outubro de 2009, pelas as presidentes Cristina Kirchner e Michelle Bachelet. O acordo contemplava o aprofundamento das relações em um amplo leque de temas, entre os quais se destaca a criação de grupo de trabalho para preparar um acordo de livre circulação de pessoas entre

⁷ A Crisis del Gas se iniciou em 2004, em virtude da decisão argentina de reduzir o volume de gás exportado para o Chile, devido à crise energética que o país sofreu em virtude de sua recuperação econômica depois de 2001 (LORENZINI, 2017).

⁸ Caso ocorrido na sede do consulado argentino dessa cidade, no dia 10 de novembro de 2003. Uma nota do ex-embaixador chileno na Argentina, Juan Gabriel Valdez, em janeiro de 2004, reconhecia que o incidente era produto do “ranço de rivalidades anacrônicas”. Assim também o fato foi entendido pelos funcionários próximos ao chanceler argentino, Rafael Bielsa (CECI, 2005).

⁹ “Nuestros vecinos argentinos” foi o título de um artigo publicado no jornal chileno El Mercurio, em maio de 2004, depois reproduzido pelo jornal argentino Clarín. Nesse artigo, Ignacio Walter, renomado político chileno, expressa duras críticas ao governo argentino e à pessoa do presidente Néstor Kirchner, gerando forte polêmica em ambos os lados da Cordilheira (NUESTROS VECINOS ARGENTINOS, 2014).

ambos os países. Incluiu também o compromisso para construção de um trem transandino central e de um túnel no passo Aguas Negras, além de estimular atividades produtivas conjuntas entre regiões e províncias dos dois países. (TRATADO DE MAIPÚ, 2009). Segundo Colacrai, esse tratado provê novos elementos e mecanismos que, se levados à prática, podem transformar a densa e profunda relação de cooperação bilateral existente entre Argentina e Chile em uma verdadeira aliança estratégica (COLACRAI, 2014 apud LORENZINI, 2017).

A EVOLUÇÃO DA CONFIANÇA ARGENTINO-CHILENA

O conceito “Medidas de Confiança Mútua”, MM.C.M, aplica-se em um sentido amplo. São acordos e compromissos gerenciados entre Estados para atenuar percepções de ameaças. Deve-se destacar que eles não se limitam apenas ao âmbito da defesa (ROJAS ARAVENA, 2002).

Para descrever a evolução das MM.C.M entre Argentina e Chile emprega-se, como referências, tanto trabalhos de pesquisadores chilenos, tais como Faundes (2009) e Rojas Aravena (2002), como de argentinos, tais como Colacrai (2004), Percoco (2014), Bárbaro (2014), dentre outros. Tais autores compartilham a avaliação de que o Tratado de Paz e Amizade de 1984 foi o ponto inicial das MM.C.M. entre Chile e Argentina, início de um ciclo virtuoso tendente a superar hostilidades e velhas desconfianças, cujas consequências podem ser vislumbradas, contemporaneamente, no elevado nível de cooperação institucionalizada existente entre os dois países. Isso é melhor entendido por intermédio dos quatro níveis de profundidade de confiança detalhados por Rojas Aravena (2002, p. 35-36). São eles:

1) Erradicação da Desconfiança: neste primeiro nível, os Estados procuram atuar essencialmente sobre os elementos que ameaçam a relação e, portanto, evidenciar que não existem comportamentos ofensivos ou ameaçantes. Nessa instância, podem ser destacados os seguintes tipos de medidas: prevenção do conflito; construção de linhas de comunicação; erradicação das fontes de suspeita; melhora no conhecimento mútuo; estabelecimento de princípios reitores da “nova relação” e avanços em ações unilaterais.

2) Construção da Confiança: implica no estabelecimento de um conjunto sistemático de ações que permitam estruturar um novo padrão de relacionamento. Nessa etapa, o desenho de arcabouços institucionais e a definição de arquiteturas de relacionamento mais permanentes cumprem

papel fundamental. Tais instâncias devem minorar ou abolir percepções de ameaça relacionadas ao uso da força.

3) Aprofundamento da Confiança: nessa etapa, produz-se um incremento nas diversas áreas de inter-relação. As vinculações econômicas, comerciais e financeiras se executam com normalidade entre um significativo número de atores sociais. Os conflitos e diferenças que surgem não transbordam para outras áreas, em particular a política. Cada área temática está revestida dos seus próprios mecanismos de resolução de controvérsias.

4) Planificação da Cooperação: associa-se com o estabelecimento de uma aliança político-estratégica na qual conformam-se estruturas, vínculos e redes de interdependência. É o momento do estabelecimento de políticas comuns entre os distintos atores estatais, incluídas as políticas externas e de defesa.

ERRADICANDO A DESCONFIANÇA

Como já mencionado, a medida fundacional no processo de construção da confiança e, portanto, do começo da erradicação da desconfiança entre Argentina e Chile, foi o Tratado de Paz e Amizade de 1984. Sua importância está no fato de que o mesmo excluiu a ameaça ou o uso da força nas relações recíprocas e estabeleceu a obrigação de empregar apenas meios pacíficos para resolver controvérsias de qualquer tipo entre os dois países (COLACRAI, 2004).

Por outra parte, a Declaração sobre a Proibição Completa de Armas Químicas e Biológicas, também conhecida como “Compromisso de Mendoza”, de setembro de 1991, e a ratificação do Tratado de Tlatelolco, realizada em conjunto com o Brasil, em dezembro de 1994, podem ser entendidos como avanços altamente significativos nesse processo (PERCOCO, 2014). Como assinala Colacrai (2004, p.41) tais medidas “foram passos chaves para consolidar a confiança e a segurança regional, servindo, também, como marco facilitador da aproximação bilateral”.

Outros eventos importantes aconteceram para a consolidação desta etapa. Em 1991, os ministros da Defesa de ambos os países concordaram em realizar reuniões anuais de seus Estados Maiores, com o objetivo de tratar questões militares de interesse comum e possíveis fórmulas de cooperação e coordenação na área da defesa. Mais tarde, em 1994, estabeleceram-se as Rodas de Conversações entre os Altos Mandos das Forças Armadas, celebradas, de forma alternada, em Santiago e Buenos Aires (BÁRBARO, 2014).

CONSTRUINDO A CONFIANÇA

O reforço das medidas de confiança mútua encontra um momento determinante em novembro de 1995, quando Argentina e Chile subscreveram um Memorando de Entendimento, cujo objetivo era fortalecer a cooperação em questões de interesse mútuo na área da defesa e da segurança. Com efeito, criou-se o Comitê Permanente de Segurança - COMPERSEG, tendo como meta o fortalecimento de canais de comunicação bilateral no âmbito da defesa. A primeira reunião do comitê se deu no dia 7 de maio de 1996, em Buenos Aires (VÁRNAGY, 2010; BÁRBARO, 2014). Desde o início, o COMPERSEG tem se colocado como instância que visa o avanço e o progresso da cooperação bilateral e do desenvolvimento de posições comuns.

Em junho de 1997, o Estado Maior da Defesa Nacional do Chile e o Estado Maior Conjunto da Argentina assinaram o “Regulamento do Mecanismo de Interconsulta entre os Estados Maiores Conjuntos e da Defesa Nacional e os Altos Mandos das Forças Armadas do Chile e da Argentina”. O regulamento foi aprovado por intermédio do COMPERSEG, e estabelece um regime de reuniões de consulta com periodicidade anual, realizadas alternadamente em cada país (PERCOCO, 2014).

Pouco depois, em julho de 1997, iniciaram-se as reuniões anuais do denominado “mecanismo 2+2” de chanceleres e ministros da Defesa do Chile e da Argentina. Esse instrumento é dedicado ao aperfeiçoamento das relações bilaterais chileno-argentinas nos campos da segurança internacional e da defesa (BÁRBARO, 2014). No âmbito desses encontros, foi acordada a realização de atividades combinadas entre forças militares chilenas e argentinas. Concordou-se em pensar no estabelecimento de fórmulas de cooperação no território antártico, aprofundou-se a análise conjunta de medidas para aplicar a Declaração Política do MERCOSUL + Bolívia e Chile como Zona de Paz, discutiu-se sobre a situação estratégica na região e avançou-se em temas da agenda de desarme (PERCOCO, 2014).

Outro avanço importante dentro do estágio de “construção da confiança” foi a instrumentação de uma “metodologia padronizada comum para a medição de gastos de defesa”, iniciativa inédita em nível internacional e de grande impacto em nível regional, instrumentada em novembro de 2002, quando da celebração, em Buenos Aires, da IV Reunión de Consultas de Ministros de Relaciones Exteriores y de Defensa de Argentina y Chile (BÁRBARO, 2014).

Dessa forma, constata-se que, a partir da segunda metade dos

anos 1990, institucionalizaram-se algumas estruturas bilaterais na área da defesa, particularmente o Mecanismo de Interconsultas dos Estados Maiores, as reuniões 2+2 e o COMPERSEG. Assim, as MM.C.M alcançaram o segundo nível de “Construção da Confiança” .

APROFUNDANDO A CONFIANÇA

Esse novo nível se expressa particularmente na intensificação do intercâmbio comercial e na resolução do último litígio limítrofe (BÁRBARO, 2014, PERCOCO, 2014). Tais avanços motivaram o então ministro chileno de Relações Exteriores, Juan Gabriel Valdés, a anunciar, perante a Assembléia Geral da ONU, que a resolução do último litígio limítrofe dos Hielos Continentales, entre Chile e Argentina, permitiria desenvolver na região não apenas um processo de integração mas “uma verdadeira aliança estratégica” (VALDÉS, 1999).

Aconteceriam, entretanto, no começo do novo milênio, graves problemas políticos e institucionais no âmbito interno argentino. Após três anos de recessão, a Argentina cai em uma crise econômica, política e social cuja expressão máxima se registra em 20 de dezembro de 2001, mês de “cacerolazos”, saques, e decretação de estados de sítio. Em doze dias, a Argentina teve cinco supremo mandatários. A situação afetou a relação bilateral, mas não a vontade política de cooperar. Nesse sentido, foi significativa a visita do presidente Eduardo Duhalde ao presidente Ricardo Lagos, em outubro de 2002, em agradecimento às suas gestões perante organismos internacionais para prestar ajuda à nação vizinha. Em abril do ano seguinte, nas declarações que o mandatário transandino efetuou, destacou-se que as relações entre ambas as nações atravessavam um excelente momento “marcado pelo fim das hipóteses de conflito entre ambos os países e o trabalho conjunto das Forças Armadas em missões de paz no Chipre” (CECI, 2005).

Foi exatamente no meio de uma crise que a amplitude do processo concernente à defesa e segurança conseguiu ser melhor apreciada. A Crisis del Gas, de abril de 2004, pode ser entendida como evidência de que a relação bilateral se encontrava em um terceiro nível de MM.C.M (FAUNDES, 2009). Em essência, o conflito diplomático que se desata pelos cortes de suprimento de hidrocarbonetos, provenientes da Argentina, causou perda de confiança na capacidade do país vizinho para cumprir com seus acordos. O Chile procurou a integração energética com a Argentina sob o princípio da não discriminação, enquanto a suspensão argentina do

abastecimento ao Chile tinha o fundamento de atender o mercado interno. Como o problema se reiterou a cada inverno, mantendo-se de forma crescente nos anos seguintes, a relação se “gasifica” (FAUNDES, 2009). Isto se refletiu, particularmente, na carta de protesto que a chanceler Soledad Alvear enviou a Buenos Aires, em 6 de abril de 2004, afirmando que o corte de gás implicava em “desgastar gravemente o processo integrador”. Porém, o assunto se manteve na esfera do diálogo, descartando-se o uso da força e de qualquer medida de pressão que pudesse romper as relações diplomáticas recíprocas (FAUNDES, 2009).

Em termos gerais, pode-se dizer que a crise do gás serviu como prova da fortaleza da institucionalidade bilateral manifesta perante uma situação de urgência: enquanto se registrava mudança no ritmo da relação, aprofundaram-se os laços em matéria de defesa, com a integração de forças chilenas em unidades argentinas no Chipre, a partir de 2003, e a criação da força de paz combinada (PERCOCO, 2014). Nesse sentido, na ocasião dos 10 anos do início das reuniões do 2+2, o ministro da Defesa José Goñi sustentou que Chile e Argentina iniciaram uma nova etapa no âmbito da defesa. Seguindo proposta de Nilda Garré, ministra da Defesa da Argentina, o ministro Goñi ratificou que “vamos deixar de falar de medidas de confiança mútua para começar a falar de trabalho de cooperação e integração das Forças Armadas” (MINISTERIO DE LA DEFENSA NACIONAL, 2010).

De acordo com Percoco (2014), Faundes (2009) e Bárbaro (2014), essa afirmação demonstrava uma cabal mudança de paradigma, resultado de um processo político de mais de vinte anos, orientado a mudar substancialmente a natureza do vínculo bilateral. Constatava-se também um reconhecimento tácito e oficial de que ambos os países estavam se aproximando da quarta geração de medidas de confiança mútua, definida pela “planificação da cooperação” e esforço visando à integração militar.

PLANIFICANDO A COOPERAÇÃO: A FORÇA COMBINADA CRUZ DEL SUR

O Tratado de Paz e Amizade de 1984, a Declaração Conjunta Presidencial de 1991 e a resolução por meio de negociações diretas sobre a crise do gás, em 2004, são marcos no processo que consolida a amizade e confiança entre Chile e Argentina. Esse percurso permite compreender como Buenos Aires e Santiago conseguiram elaborar um projeto de integração militar nos moldes da Força Cruz del Sur, a qual simboliza os

primeiros passos em direção ao quarto patamar nas medidas de confiança mútua: a planificação da cooperação (FAUNDES, 2009; BÁRBARO, 2014; PERCOCO, 2014).

A primeira intenção de constituir uma força combinada teve lugar uma em reunião do COMPERSEG, realizada em outubro de 2003. Foi aí que o Chile apresentou proposta denominada “Medidas para desenvolver o treinamento de forças destinadas a cumprir Operações de Manutenção da Paz e participação combinada em futuras Operações de Paz” (GARCÍA & TIBILETTI, 2008). Tal proposta foi analisada pelo Estado Maior Conjunto das FFAA, pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina. Mais tarde, em junho de 2005, realizou-se a “Nona Reunião de Inter-consulta dos Estados Maiores das Forças Armadas da Argentina e do Chile”. Nessa decisiva ocasião se acordou discutir o tema da “Participação Combinada Conjunta em Operações de Paz” (CALAFELL, 2011).

A participação conjunta dos dois países encontra precedentes importantes na integração de frações chilenas no contingente argentino que opera na Missão das Nações Unidas no Chipre - UNFICYP, desde 1995, e na colaboração mútua que os contingentes de ambos os países prestaram-se na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH. No mesmo sentido, não podemos passar por alto as significativas experiências de cooperação e de intercâmbio entre os respectivos Centros de Treinamento para Operações de Paz: CAECOPAZ, da Argentina, e CECOPAC, do Chile (VÁRNAGY, 2010; GARCÍA & TIBILETTI, 2008).

Um passo determinante para a conformação da Força Cruz del Sur foi dado no dia 29 de agosto de 2005, em Santiago, com a assinatura do Protocolo de Entendimento entre os Ministérios da Defesa dos dois países. Nessa ocasião, os ministros da Defesa da Argentina e do Chile, José Pampuro e Jaime Ravinet, assumiram um compromisso de desenvolver, em curto prazo, uma força de paz combinada, de caráter permanente, com comando conjunto e com pessoal e equipamentos dos dois países (LA INFORMACIÓN, 2005). Durante o mesmo ano se realizaram quatro encontros de trabalho bilaterais, a cargo dos Estados Maiores Conjuntos dos dois Estados, com a responsabilidade de avançar na cooperação combinada em operações de paz. Como resultado de tais reuniões foi assinada, em dezembro de 2005, a “Ata do Acordo Bilateral entre os Ministérios de Defesa das Repúblicas da Argentina e do Chile

para a Criação de uma Força de Paz Combinada”. Este acordo estabeleceu o formato do Estado Maior Conjunto Combinado - EMCC, passo essencial para criação da Força (VÁRNAGY, 2010).

Como resultado desse esforço, logrou-se importante acordo entre os dois países, denominado “Memorando de Entendimiento entre el Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de Defensa Nacional de la República de Chile referente a la Fuerza de Paz Combinada Cruz del Sur” (MOU), assinado em 4 de dezembro de 2006 (CALAFELL, 2011). Esse MOU (2006) entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007 e constitui a base jurídico-política sobre a qual se estruturou a Força Binacional. O propósito do acordo foi “determinar a organização e futuro emprego da Força de Paz sob mandato das Nações Unidas, perante uma convocatória oficial e sujeita à aprovação política de ambos os países”. O MOU (2006) continha as seguintes orientações e definição de ações a seguir: criação do EMCC integrado por pessoal das forças armadas da Argentina e do Chile, com funcionamento de um ano em cada país tendo sedes rotativas nas cidades de Buenos Aires e Santiago; organização dos componentes terrestres, aéreo e naval, prontos para realizar desdobramentos a partir de maio de 2008 (MOU, 2006). A última data não foi cumprida, mas o EMCC iniciou suas atividades em janeiro de 2007, com sede inicial na Argentina. A Força Cruz del Sur se instituiu inicialmente com estrutura reduzida, somando um total de 12 oficiais no EMCC, o que facilitaria um acionar rápido em missões. A administração e financiamento da Força corriam por canais independentes em cada nação, assim como o contingente que cada país colocava à disposição da Força, sem que a tropa constitua um corpo em si mesmo (ESTADO MAYOR CONJUNTO, 2012).

A força se estruturou sob três princípios essenciais: a) Combinada e conjunta; b) Seguindo o modelo “Haiti”; e c) Equilibrada (MAC-KINNON & PÉREZ, 2008). Em conjunto, tais princípios dão a amplitude necessária para que participem os três elementos das forças armadas de cada país, obedecendo ao caráter combinado da ação (CALAFELL, 2011). A questão chave, no entanto, é que se tratava de uma estrutura onde a procura de equilíbrio tem relação com o próprio propósito político da iniciativa: colocar à disposição da comunidade internacional uma força efetivamente binacional (PERCOCO, 2014).

Com aquele MOU (2006) se determinou a organização e emprego da força combinada sob mandato da ONU, conforme os parâmetros e

procedimentos do United Nations Standby Arrangement System - UNSAS. Isso significava que o emprego da força binacional só podia ser realizado quando ocorresse um pedido oficial por parte da ONU e desde que contasse com a aprovação de ambos os países (VÁRNAGY, 2010). Também considerava-se condição indispensável a existência de uma resolução do Conselho de Segurança para seu desdobramento, com uma capacidade de resposta dentro de um tempo que ia de 30 a 90 dias, a partir de conhecido o mandato ou resolução do Conselho de Segurança, e uma duração dos desdobramentos de até seis meses (MOU, 2006).

As atividades e encontros bilaterais não cessaram com a assinatura do MOU 2006. Gerou-se um importante acervo de lições aprendidas, que se alicerçaram em um novo MOU, assinado em novembro de 2010. Nesse novo MOU incorporou-se a necessidade de que a missão aprovada pelo Conselho de Segurança, na qual se empregaria a força combinada, estivesse sob controle do Departamento de Operações de Manutenção da Paz e que também permitisse às partes oferecerem a Força combinada para uso sem a solicitação prévia da ONU (MOU, 2010). Outra questão importante foi a possibilidade de ingresso de terceiros países à Força, com previa aprovação da ONU e dos membros fundadores da Força.

Em dezembro de 2010 se produz oficialmente a apresentação, perante a ONU, das unidades que integrarão a Força de Paz Combinada Cruz del Sur, através da assinatura de um MOU entre a ONU e cada um dos países em separado, definindo os recursos que ambas as nações colocavam à disposição da ONU, sob o esquema da força combinada. Previa-se que ela estaria disponível para uso a partir de 2012 (PERCOCO, 2014). Esse evento culmina, oficialmente, o processo de criação da força.

A organização da Cruz del Sur se define, em grandes traços, como uma Força composta por dois componentes principais: uma Força Tarefa Terrestre e um Componente Aéreo, ambos integrados, e um Componente Naval, com meios da Argentina e do Chile.

A Força possui cerca de 1400 combatentes. O componente terrestre é composto por meios dos Exércitos e das Marinhas da Argentina e do Chile. Suas unidades são dois batalhões de infantaria mecanizados e um Batalhão logístico. O elemento naval é constituído por unidades das Armadas de ambos os países, com um navio de patrulha oceânica, dotado de helicóptero embarcado, e uma corveta. Por último, o componente aéreo compõe-se de dois helicópteros da Força Aérea chilena, dois helicópteros da Força Aérea argentina, dois helicópteros do Exército do Chile e dois

helicópteros do Exército da Argentina (ESTADO MAYOR CONJUNTO, 2012).

Seu conceito de emprego visa proporcionar à ONU presença em área de crise com o objetivo de prevenir a escalada da violência. Servirá para assistir, monitorar, ou facilitar um cessar fogo (VÁRNAGY, 2010). A ação da Força Cruz del Sur está delimitada a uma segunda etapa de desdobramento de uma missão de paz, não como força de combate - operações de imposição da paz - mas como força de transição, durante um período de 6 meses, prorrogável, se necessário, a um ano, sob o sistema UNSAS (PERCOCO, 2014). Isto é, o emprego se dará após a ação de uma força de imposição da paz, seja por uma coalizão, seja por um organismo regional. (FAUNDES, 2009).

BALANÇOS E DESAFIOS

A criação da Força Binacional Cruz del Sur tem bases sólidas no desenvolvimento das MM.C.M entre Argentina e Chile. Uma densa rede de instituições, percepções positivas e intercâmbios pessoais constituíram o alicerce sobre o qual ela foi edificada. Por sua vez, a Força Cruz del Sur pode também ser entendida como antecedente, ou projeto embrionário, de uma força supranacional capaz de incorporar outros países (VÁRNAGY, 2010). Certamente ela foi pensada por funcionários argentinos e chilenos como passo importante em um processo de criação de um sistema regional de segurança e de defesa coletiva. Nesse sentido, a ex-ministra da Defesa argentina, Nilda Garré, enfatizou em dezembro de 2006:

Argentina e Chile estão habilitados a articular um esquema com capacidade de expansão na região, cujo centro nevrálgico é esse processo de integração que parte do âmbito binacional e que tem a faculdade de incorporar outros países, como o Brasil (VÁRNAGY, 2010, p. 200).

Em termos qualitativos, a composição da força tem projeto bastante avançado, tanto no contexto regional como global, pois além de sua natureza combinada, Cruz del Sur é, ademais, de natureza conjunta. Esta característica lhe outorga certa vantagem, constituindo veículo mais amplo para o desenvolvimento de coordenação e interoperabilidade entre unidades militares nacionais diversas (CALAFELL, 2011).

As missões mais atrativas e frequentes para a força argentino-chilena serão aquelas vinculadas com as operações de manutenção da paz, de apoio aos processos eleitorais e as operações humanitárias pontuais e de estabilização pós-conflito. Ou seja, operações relativamente seguras e de baixo risco. Essas qualidades diferenciam a Cruz del Sur de outros experimentos de forças combinadas, tais como a African Stand by Force - ASF, cuja estrutura, embora também desenhada para se adequar ao sistema ONU, foi confeccionada para desdobrar forças de combate que pudessem operar em situações de conflito de alto risco, ou para atuar em cenários onde pudesse desenvolver operações de imposição da paz, sob o amparo da União Africana. Por outra parte, Cruz del Sur não está suficientemente desenvolvida se comparada com outros modelos de forças combinadas no mundo, como a Brigada Franco-Alemã, que conforma a base do Eurocorpo, a qual desenvolveu respeitáveis níveis de interoperabilidade, atuando em cenários de crise e tendo a virtude de ser útil aos três pilares da segurança europeia: OTAN, União Europeia e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (VÁRNAGY, 2010).

Além disso, segundo Faundes (2009, p. 69), existem ainda dúvidas a respeito das capacidades políticas e institucionais bilaterais para se avançar no projeto simbolizado pela Força Cruz del Sur. Argentina e Chile acabam de entrar em um novo modelo de relações, baseado na integração, mas com falhas. Embora tenham resolvido seus principais problemas fronteiriços, ainda assomam algumas pequenas diferenças no aspecto limítrofe, o que historicamente foi fonte de crises nas relações bilaterais dos dois países.¹⁰ A força combinada obedece à vontade política dos governantes em países com sistemas políticos presidencialistas. A contingência pode afetar o funcionamento do organismo bilateral. O mais importante, porém, é que a Força não possui um conceito político-estratégico definido. Portanto, sua função está e estará condicionada por fatores políticos (FAUNDES, 2009, p. 70).

Por sua vez, Percoco (2014, p. 94) destaca outras dificuldades relativas à crescente brecha existente no "hardware" militar de Argentina e Chile. Enquanto os gastos militares chilenos representam 1,87% do seu PIB, no caso argentino ele não supera 0,95% (DATOS MACRO, 2016). A maioria dos sistemas de defesa e equipamentos militares que dispõe a Argentina são obsoletos e/ou

¹⁰ Existe uma pequena área situada entre o Monte Fitz-Roy e Cerro Murallón onde as fronteiras ainda não foram devidamente especificadas. Este assunto pode se converter em novo fator de discrepâncias entre as duas nações. Para maiores detalhes, ver BAEZA, 2016.

carecem de manutenção, com tecnologia desenvolvida nas décadas de sessenta e setenta (SARNI, 2013 apud PERCOCO, 2014). Por sua parte, o orçamento de defesa do Chile investe em um plano de modernização que inclui a aquisição de tanques Leopard II, transportes M-113 em diferentes configurações, veículos Marder, aviões F-16, mísseis, fragatas Tipo 23, Tipo L e Tipo M, submarinos Scorpene, um navio logístico de grandes dimensões, um navio de desembarque anfíbio francês e outros equipamentos de última geração (SARNI, 2013 apud PERCOCO, 2014). Tais diferenças tecnológicas entre ambas as forças afeta diretamente as possibilidades de interoperabilidade dos efetivos de unidades combinadas. Uma incompatibilidade entre as equipes de comunicação, por exemplo, poderia colocar em risco um correto desempenho da força (PERCOCO, 2014, p. 95).

O maior desafio da Cruz del Sur, entretanto, apresenta-se na efetivação de seu desdobramento (FAUNDES, 2009; CALAFELL, 2011). Por se tratar de uma força que até o momento não tem sido enviada para cenários reais, existe sempre a dúvida de como será o seu desempenho em tais operações. Tanto a tropa como os oficiais da força combinada devem estar preparados para gerenciar todo tipo de situações. Um caso relevante foi a proposta feita pelo Secretário Geral da UNASUL e ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper, em abril de 2015, sugerindo a participação da Força Cruz del Sur no processo de pacificação do conflito entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC (SCUTICCHIO, 2015). Essa proposta surgiu em um contexto em que a roda de diálogos entre as facções em conflito atravessavam um de seus piores momentos¹¹. Porém, o diálogo continuava existindo. Em tal circunstância, era necessário contar com um árbitro externo, com capacidade para identificar irregularidades e pontos de tensão antes que eles escalassem. Samper sugeriu que uma força de paz regional seria a mediadora mais indicada tanto durante a etapa de negociação como, posteriormente, na de desmobilização.

Em princípio, Argentina e Chile receberam positivamente a ideia de Samper. Em março de 2016, depois de uma reunião bilateral em Santiago, os ministros da Defesa do Chile e da Argentina destacaram o especial interesse em colaborar na Colômbia, em conjunto com a ONU (LA INFORMACIÓN, 2016).

¹¹ Isso ocorria em virtude de um inesperado ataque, efetuado pelas FARC, contra uma unidade do Exército no departamento de Cauca, que deixou como saldo 11 militares mortos. Em retaliação, o presidente Santos levantou a suspensão dos bombardeios sobre os acampamentos rebeldes (SCUTICCHIO, 2015).

Porém, até o momento não existe avanço concreto ou preparo da Cruz del Sur para ser empregada nesse cenário. O mesmo se poderia dizer do caso do Haiti, para onde originalmente se projetava enviar a Força (SCUTICCHIO, 2015). Desta maneira, existem sérios questionamentos sobre a efetividade operativa da Cruz del Sur.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Força Cruz del Sur seja relativamente pequena - em termos de efetivo, operabilidade e equipamentos militares - e careça ainda de participação em uma operação real, sua formação a coloca como o instrumento de integração militar mais ambicioso e avançado da América Latina. Argentina e Chile apresentam-se na região como capazes de gerar níveis de cooperação institucionalizada e planificação de ação conjunta dos mais elevados e complexos em termos de cooperação militar regional, delegando funções operativas em um instrumento militar comum, com base em estrutura de comando combinada e varias instâncias binacionais de tomada de decisão.

A Força Cruz del Sur também se destaca como espaço que fortalece o compromisso da Argentina e do Chile com a ONU. Ambos os países colocam, sob a órbita das Nações Unidas, uma brigada especificamente preparada para realizar as tarefas próprias de uma operação de manutenção da paz. Em efeito, tanto Chile como Argentina tem se posicionado como exemplos regionais em matéria de cooperação militar multinacional em operações de paz.

Acima de tudo, entretanto, se considerarmos a situação adversarial em que Chile e Argentina se encontravam em 1978, com posturas claramente ameaçadoras em suas relações bilaterais, Cruz del Sur deve ser entendida como um instrumento de confiança mútua - MM.C.M , que diminuiu as percepções de ameaça recíprocas, tornando-se medida de integração na área de defesa que reafirma a transformação de uma relação conflituosa para outra de paz e amizade.

Para além de seu escopo bilateral, Cruz del Sur possui uma estrutura jurídica flexível e aberta aos países vizinhos, o que lhe faculta se converter em um novo espaço de integração militar regional, sob a direção de seus membros fundadores

THE BINATIONAL FORCE CRUZ DEL SUR AND THE EVOLUTION OF CONFIDENCE BETWEEN ARGENTINA AND CHILE

ABSTRACT

This article aims to present the Cruz del Sur Peace Force as an important element in the evolution of diplomatic relations between Argentina and Chile. These relations have changed from a conflicting pattern in the area of defense and security, until the early 1980s, to another of high cooperation. To this end, the paper draws on the regional academic literature on “measures of mutual trust” - MM.C.M, to point the institution of the binational peace force as strong evidence that the relationship between the two countries would already be in the planning of the cooperation, the final stage of mutual trust in the area of defense.

Key Words: Argentina-Chile Relations; Cruz del Sur Peace Force; Measures of Mutual Trust.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA DE CHILE Y LA REPÚBLICA ARGENTINA PARA PRECISAR EL RECORRIDO DEL LÍMITE DESDE EL MONTE FITZ ROY HASTA EL CERRO DAUDET (1998). Disponível em: https://es.wikisource.org/wiki/Acuerdo_para_precisar_el_recorrido_del_1%C3%ADmite_desde_el_Monte_Fitz_Roy_hasta_el_Cerro_Daudet_de_1998 (acesso em 18 de fevereiro de 2018).

ARANCIBIA CLAVEL, Enrique. Integración Militar con Argentina: Medidas de Fomento de Confianza Mutua a Medidas de Integración. *Military Review* (Edição Hispanoamericana), n.º 4, pp. 23-45, 2006.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações, Brasília, Ed. Unb/IPRI, 2001.

BAEZA, Rafael. Territorio y Saber en Disputa. La controversia limítrofe chileno-argentina sobre Los Andes. *Revista de la Historia de la Medicina y de la Ciencia. Instituto de Historia. Madrid*: vol.68, n.º2, 2016. Disponível em: <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/707/1051> (acesso em 18 de fevereiro de 2018).

BÁRBARO, Andrés. Medidas de Confianza Mutua entre Argentina y Brasil: de la desconfianza a la seguridad cooperativa. Tesina de Grado. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario. 2014.

CALAFELL, Horacio. La Fuerza de Paz Combinada Cruz del Sur y su aporte a una potencial estructura de seguridad cooperativa con la República de Chile. *ESGN*, pp.109 – 126, Santiago, 2011.

CECI, Fernando. Argentina y Chile ¿Una relación especial? Encuentros y desencuentros, una constante en la presidencia de Néstor Kirchner. Segundo Encuentro Centro de Reflexión en Política Internacional. *Prospectivas y Perspectivas de Nuestra Política Exterior*. 2005.

CHILE Y ARGENTINA PLANEAN IR JUNTOS EN FUTURAS MISIONES DE PAZ DE LA ONU. *La Información*. Santiago, 2016. Disponível em: http://www.lainformacion.com/politica/defensa/Chile-Argentina-futuras-misiones-ONU_0_903209699.html (acesso em 20 de novembro de 2018).

2017).

COLACRAI, Miriam. La Política Exterior Argentina hacia los vecinos durante los 90. Centro de Estudios Internacionales y de Educación para la Globalización (CEIEG). Documento de Trabajo n.º1, julho - 2004.

DATOS MACRO. Comparar economía países: Argentina y Chile. 2016. Disponível em: [http://www.datosmacro.com/paises/comparar/argentina/chile?sector=Gasto+p%C3%BAblico+Defensa+\(%25Presupuesto\)&sc=XEJ3](http://www.datosmacro.com/paises/comparar/argentina/chile?sector=Gasto+p%C3%BAblico+Defensa+(%25Presupuesto)&sc=XEJ3) (acesso em 20 de dezembro de 2017).

ESTADO MAYOR CONJUNTO. Fuerza de Paz Conjunta Combinada Cruz del Sur. 2012. Disponível em: <http://www.emco.mil.cl/?p=124> (acesso em 13 de janeiro de 2018).

FAUNDES, Cristián. La fuerza combinada Cruz del Sur: análisis desde las medidas de confianza mutua. Revista de Estudios Avanzados, n.º 12, pp. 53-74. Santiago, 2009.

GARCÍA, Fernando & TIBILETTI, Luis. El proceso de relacionamiento estratégico argentino-chileno desde la creación del COMPERSEG hasta hoy: antecedentes, logros y desafíos. Informe Ser en el 2000, Buenos Aires, p. 17, 2008.

ITURRA, Karen Manzano. Arbitraje y mediación: los medios jurídicos tras el conflicto del Beagle. Revista de Historia Americana y Argentina, vol.49, n.º 1, Mendoza, 2014.

LA ARGENTINA Y CHILE EN UN BATALLÓN BINACIONAL. La Nación. Buenos Aires, 29 de agosto de 2005.

LORENZINI, María Elena. La dimensión política de los vínculos Argentina-Chile y Argentina-Venezuela en el inicio del Siglo XXI. Relaciones Internacionales, n.º 52, pp. 99-114, 2017.

MAC-KINNON, Ian & PÉREZ, Carlos. Exposición Fuerza de Paz Combinada, Cruz del Sur. Cátedra Operaciones de Paz. Santiago: Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos, 2008.

MINISTERIO DE LA DEFENSA NACIONAL, CHILE. Libro Blanco de la Defensa Nacional. 2010.

MONCAYO, Guillermo. La mediación papal en el conflicto de la zona

austral. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Buenos Aires, Serie de Artículos y Tetimonios, n.º 51, 2008.

MOU (2006). Memorándum de Entendimiento entre el Ministerio de Defensa de la República y el Ministerio de Defensa Nacional de la República de Chile referente a la Fuerza de Paz Combinada Cruz del Sur, 4 de diciembre, 2006. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gob.ar> (acesso em 25 de outubro de 2016).

_____.(2010). Memorándum de Entendimiento entre los Ministerios de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional de la República de Chile y los Ministerios de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y de Defensa de la República Argentina sobre Fuerza de Paz Combinada Cruz del Sur, 22 de noviembre, 2010. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gob.ar> (acesso em 26 de outubro de 2016).

NUESTROS VECINOS ARGENTINOS. Página 12. 2004. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/1-14367-2004-10-03.html> (acesso em 13 de janeiro de 2018).

ORSO, Javier & CAPELETTI, Dalila. La Cuestión del Canal de Beagle y la Transformación de Conflictos. Revista Desarrollo, Economía y Sociedad. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Fundación Universitaria Juan de Castellanos Colombia, Boyacá, vol. 4, n.º 4, pp. 131-163, 2015.

PERCOCO, Juan Ignacio. Compromiso con la Paz: La Fuerza de Paz Conjunta Combinada “Cruz del Sur”. Proceso de conformación y su articulación con la política exterior argentina. Tesina de Grado. Universidad Nacional de Rosario. Rosario, Santa Fe, 2014.

ROJAS ARAVENA, Francisco. Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad: perspectivas desde Chile. Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, Santiago de Chile, Año 17, n.º 1 - n.º 2, enero-junio, pp. 32-43, 2002.

RUZ, María. La Fuerza de Paz Cruz del Sur: cooperación chileno-argentina. Estudios Internacionales 160, Universidad de Chile, Santiago, Instituto de Estudios Internacionales, pp.107-118, 2008.

SCUTICCHIO, Paulo. ¿Una misión de paz sudamericana para Colombia?. Foreign Affaris Latinoamérica. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://revistafal.com/una-mision-de-paz-sudamericana-para-colombia/> (acesso em 21 de agosto de 2017).

TRATADO DE MAIPÚ DE INTEGRACIÓN Y COOPERACIÓN ENTRE LA REPÚBLICA DE CHILE Y LA REPÚBLICA ARGENTINA 30 DE OCTUBRE DE 2009. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/48768/Tratado_de_Maip%C3%BA__Chile_octubre_2009__16_p_.pdf?sequence=16 (acesso em 17 de janeiro de 2018).

VALDÉS, Juan Gabriel. Discurso del Ministro de Relaciones Exteriores de Chile. Inauguración del 54º Período de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas. Nueva York.,25 de septiembre, 1999.

VÁRNAGY, Tomás. La Fuerza de Paz Conjunta Combinada ‘Cruz del Sur’: un fruto del consenso entre Argentina y Chile en materia de Defensa. En: Bartolomé, M. (coord.) Seguridad y Defensa en Tiempos del Bicentenario. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales. 2010.

YOFRE, Juan B.. 1982 - los documentos secretos de la guerra de Malvinas/ Falklands y el derrumbe del proceso. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

Recebido em: 05/02/2018

Aprovado em: 25/04/2018

